

Cláudio Lister  
Marques Bahia

# Metamorfoses da metrópole



Projetada e construída como cidade-capital, Belo Horizonte experimentou ao longo de mais de um século de existência um conturbado processo de metropolização, no qual se revelaram os limites e as contradições das políticas de Estado para a equação dessa nova problemática urbana.

> Para Belo Horizonte o conceito esboçado foi o mesmo trabalhado por Platão na sua utopia: o argumento da razão para definir a interação entre ordem espacial e ordem social.

Beatriz Magalhães e Rodrigo Andrade<sup>1</sup>

Numa fase inicial da república brasileira, a mudança de regime associada à intenção de edificar um novo país impregnou o imaginário da época, criando a necessidade de construção de novos símbolos. Belo Horizonte legitimaria o desejo e a expressão desse novo tempo, pautado pela ideologia positivista republicana, concebida pela utopia de uma cidade ideal, saneada, ordenada e iluminada, conforme analisou a historiadora Heliana Angotti-Salgueiro.<sup>2</sup> Assim, a nova capital do Estado foi pensada, planejada e oficializada, como determinaram, em 1895, os artigos do decreto governamental sobre seu projeto urbanístico:

Art. 2º - A sua área será dividida em seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene [...].

Art. 3º - As praças e ruas receberão denominações que recordem as cidades, rios, montanhas e datas históricas mais importantes, quer do próprio Estado de Minas Gerais, quer da União, e bem assim, os cidadãos que, por serviços relevantes houverem merecido da Pátria Brasileira.

Art. 4º - Na mesma planta serão designados os lugares destinados para os edifícios públicos, templos, hospitais, cemitérios, parques, jardins, matadouros, mercados, etc.; quarteirões que convenha deixar reservados; e, bem assim os lotes destinados a concessões aos funcionários

públicos estaduais e aos proprietários de casas em Ouro Preto [...].<sup>3</sup>

### Um projeto moderno

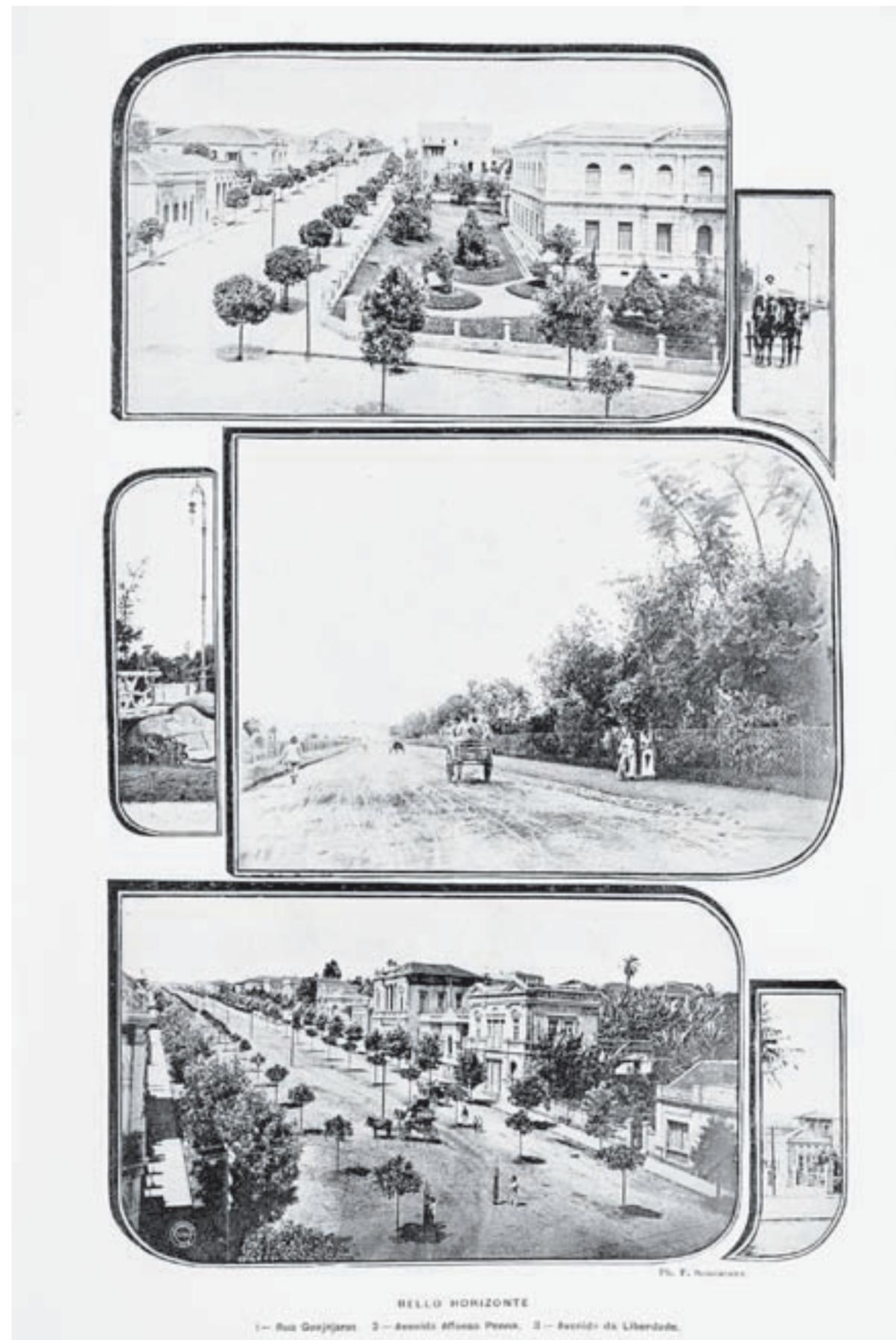
Criada no limite das transformações culturais do século XIX, Belo Horizonte nasceria como um cenário de modernidade, expressando a ruptura com o passado colonial brasileiro, com uma função de transcendência da cidade-capital a símbolo republicano. Caberia também à nova capital equilibrar as diversas regiões mineiras descompassadas economicamente, bem como solucionar as questões técnicas e administrativas próprias de um grande Estado. Ouro Preto não se mostrava preparada, inclusive em seus aspectos físicos, para tal projeto modernizante.

O plano urbanístico desenvolvido para Belo Horizonte orientou-se, primordialmente, em sua concepção, por três diretrizes:

1. Ordenação do espaço – geométrico, no traçado, na hierarquização e na nomeação das vias;
2. Controle do espaço – setorização funcional e circulação, funções essenciais da cidade;
3. Higiene ambiental – saneamento científico do espaço urbano.

O conceito urbanístico adotado para a nova capital do Estado incorporou atitudes, formas e uma defesa funcionalista do protagonismo humano através do método, da razão, dos meios tecnológicos e do valor social do espaço citadino. Belo Horizonte traduziu e introduziu toda a vocação modernista do final do século XIX, anunciando o que se concretizaria e particularizaria na modernidade do século XX – a arte, a arquitetura e, fundamentalmente, o urbanismo.

Entretanto, não foi apenas o urbanismo, em seu espírito utópico e postura científica no tratamento modernista



da cidade – com intuito de planejar todas as questões futuras de natureza social, econômica e cultural –, que fundamentou o espaço belo-horizontino. A racionalização do projeto da nova cidade atendeu também aos interesses políticos das forças dominantes – a ideologia republicana tomou forma concreta, configurando-se como uma nova ordem também de natureza espacial. Belo Horizonte definiu-se na especificidade de uma cidade-administrativa pela sua função de capital, tendo a responsabilidade de abrigar o poder público, que desempenharia um papel controlador em relação a toda região a ela legalmente submetida. Inventou-se uma cidade-capital, onde a ordem política apresentar-se-ia como uma ordem separada de suas bases sociais e econômicas.

A criação da cidade de Belo Horizonte não foi simplesmente uma decisão linear e mecanicista do emergente espírito modernista da sociedade, pautada na mobilidade e na descontinuidade do seu tempo e espaço. Na formulação da nova capital, há que se considerar o processo histórico e a conjuntura política específica que não se fixaram em fatos ocasionais. Sua construção representou uma profunda mudança no plano material e no plano imaginário, acarretando vários desdobramentos, pois não significou um apartamento do passado, na vida individual, familiar ou de grupo, mas, pelo contrário, integrou-se ao momento presente da época, com muita força, principalmente na vida de seus primeiros habitantes, todos imigrantes.

Belo Horizonte, sob a condição de cidade criada para a modernidade mineira, pressupunha prioritário o planejamento urbanístico e, conseqüentemente, uma legislação que ordenasse e controlasse a apropriação do solo urbano. Os próprios edifícios estavam subordinados aos aspectos legais urbanísticos. A imagem da cidade particularizou-se e diferenciou-se de outros centros, por exemplo, pelo tratamento cuidadoso dado às esquinas da cidade, regulamentadas nos códigos de postura, estabelecendo uma relação orgânica entre o tecido

urbano e o uso e a estética dos edifícios. A legislação de uso e ocupação do solo urbano de Belo Horizonte já era um fato desde 11 de janeiro de 1895, quando se assinou o Decreto n. 53, o qual criou o Plano da Nova Capital e estabeleceu as diretrizes básicas de seu projeto de urbanismo.

### Planificação

A Planta Geral da Nova Capital, apresentada pelo engenheiro-chefe da Comissão Construtora, Aarão Reis, em 23 de março de 1895, estava toda parametrizada pelos artigos do Decreto n. 53, no qual se enfatizaram, como características do Plano, os aspectos da boa circulação, da higiene, da beleza e do conforto. Esse Plano propôs, também, a divisão da cidade em três zonas – Urbana, Suburbana e Rural.

Na evolução histórica da legislação urbanística de Belo Horizonte, destacaram-se algumas passagens significativas, até 1940:

- O primeiro Código de Postura da Cidade de Minas, de 31 de outubro de 1898, propunha a criação de um mecanismo de controle sobre o espaço público capaz de garantir a implantação na íntegra do Plano da Nova Capital, garantindo qualidade ao espaço e à imagem urbana. Esse primeiro Código, já sob a guarda da recém-inaugurada prefeitura (1897), propunha, primordialmente, a manutenção da qualificação da vida urbana, por meio das diretrizes relacionadas à implantação das edificações nos lotes, aos parâmetros estéticos, de salubridade, de segurança e de estabilidade das construções.
- Em 31 de outubro de 1901, o Decreto n. 1211 homologou o Regulamento das Construções, Reconstruções e Demolições de Obras na Cidade de Minas. Esse decreto estabelecia parâmetros e índices

mínimos de iluminação, ventilação e taxa máxima de ocupação dos terrenos. Contudo, regulamentava apenas as edificações da zona urbana, apontando para uma discreta segregação espacial.

- Numa antecipação de verticalização, que ocorreria de fato nos anos 1940, alguns parâmetros da legislação urbanística foram estabelecidos pelo Regulamento de Obras de 1922 caracterizando o início do processo de metropolização da cidade que aumentava a densidade da área central, denominada zona comercial, e o incentivo às edificações verticalizadas. Pela primeira vez estabeleceu-se um gabarito de altura dos edifícios em função da largura das ruas e avenidas.
- O Decreto n. 165 de 1º de setembro de 1933 mostrou-se mais restritivo quanto às alturas das edificações, regulamentou o uso do concreto armado e reconfigurou o zoneamento da cidade:

Capítulo XXXI – Da Divisão da Cidade em Zonas Art. 449 – A cidade será dividida nas seguintes zonas:

- I) Zona Central ou Comercial: é limitada a partir da Av. do Contorno pelas Avenidas Bias Fortes, Paraopeba, Praça da República, Álvares Cabral, Afonso Pena, Rua da Bahia, Av. Tocantins (viaduto), Rua Aarão Reis até a Av. do Contorno e por esta até a Av. Bias Fortes.
- II) Zona Urbana ou Residencial: é limitada pela Av. 17 de Dezembro ( Av. do Contorno).
- III) Zona Suburbana.
- IV) Zona Rural.

- O Regulamento de 1940 formulou parâmetros decisivos para a configuração e imagem da cidade: altura dos edifícios condicionada à largura das vias; a obrigatoriedade da construção sobre o alinhamento na área central; e a exigência de proporcionalidade entre as

áreas de iluminação e ventilação dos vãos de janelas e os cômodos, interferindo diretamente na relação estética dos cheios e vazios da volumetria arquitetônica.

Percebeu-se, desde a elaboração do Plano da Nova Capital, a exclusividade da ação do poder público sobre o solo urbano. Todo o controle – a administração do desenvolvimento, a apropriação do espaço e a imagem da cidade de Belo Horizonte – foi primordialmente regido por decretos e portarias assinadas pelos prefeitos. Essa situação foi ampliada, em 21 de dezembro de 1940, quando o então prefeito Juscelino Kubitschek assinou o Decreto-lei n. 84, aprovando o Regulamento de Construções da Prefeitura de Belo Horizonte, ainda em vigência. Somente em 1976, com a criação da primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo, é que se voltaria a sentir o vigor de uma legislação de apropriação do espaço físico que modificaria de maneira evidente a imagem urbana, como havia ocorrido com a legislação de 1940.

A partir de 1976, com o Código de Obras e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, assumiu-se um controle mais sistematizado e rígido na complexidade da apropriação e administração urbanístico-arquitetônica de Belo Horizonte.

### Da cidade-produto à cidade-obra <sup>4</sup>

Iniciava-se, a partir de 1894, a primeira fase da futura Belo Horizonte – a cidade-produto – com a desapropriação, demolição e inutilização do velho arraial do Curral del Rei. Abriu-se o espaço para uma cidade modelar, uma cidade capitalista-industrial, cuja nova ordenação urbana estabeleceu-se através da ordem econômica, sem a devida preocupação com a ordem social, uma vez que as terras desapropriadas tornaram-se mercadorias cujo valor monetário não tinha correspondência imobiliária na nova cidade. Essa questão imprevista, de valores imobiliários incongruentes, acarretou a expulsão dos habitantes do arraial, levando-os a ocuparem a periferia da nova cidade,

anunciando os subúrbios miseráveis que caracterizariam as cidades brasileiras do século XX.

A renovação era o valor relevante da época, cabendo ressaltar que as demolições simbolizaram o predomínio desse espírito modernizador. A ideia de patrimônio urbano foi introduzida posteriormente com o *urbanismo progressista*, surgido no século XX. A modernização era entendida como um bem, e não uma descaracterização.

Uma segunda fase foi observada a partir de 1898 até fins dos anos 1910, quando a nova capital caracterizou-se como *cidade-obra*. A situação foi descrita por Olavo Bilac, em 1903, em visita a Belo Horizonte:

[...] Como por milagre, no meio de um rude sertão, uma bela cidade moderna, com avenidas imensas, com palácios formosos, com admiráveis parques! Pelas ruas longas e arborizadas, rolam bondes elétricos, lâmpadas elétricas fulguram entre prédios elegantes e higiênicos, motores elétricos põem em ação, nas fábricas, as grandes máquinas cujos ronron contínuo entoam os hinos de trabalho e da paz [...].<sup>5</sup>

A Comissão Construtora definiu o estilo eclético para os edifícios oficiais – as Secretarias e o Palácio do Governo – implantados na Praça da Liberdade, cujo projeto paisagístico também foi concebido ao gosto do eclétismo. A Praça, o Palácio e as secretarias formaram um imponente conjunto cívico, revelando uma arquitetura de característica neoclássica afrancesada. As demais construções obedeceram também à ordem eclética em suas arquiteturas, como, por exemplo, o prédio dos Correios e Telégrafos, o Arquivo Público Mineiro, as residências e os templos religiosos. De acordo com a professora Celina Borges Lemos:

[...] o repertório da cultura eclética presente na arquitetura só veio reforçar o traçado planejado.



Inauguração do Museu Histórico Abílio Barreto, 1943. O organizador do Museu, Abílio Barreto, presta esclarecimentos sobre a maquete do antigo Curral del Rei ao governador Benedito Valadares e ao prefeito Juscelino Kubitschek. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – BH.COT.1943-007.

Os edifícios, como verdadeiros santuários, buscam beleza e diversidade, onde valores, estabilidade, forma são assim apresentados como objetos irreais, mas transformados em matérias [...].<sup>6</sup>

Mesmo assim, no plano urbanístico, Belo Horizonte já enfrentaria, desde 1902, a especulação urbana como entrave à política de ocupação do solo pretendida pelo plano original da cidade, fato que se caracterizaria como uma questão geral e não resolvida do urbanismo modernista do século XX.

Na capital mineira predominou, até os anos 1930, uma arquitetura muito identificada com a liberdade e o direito às experimentações estéticas e soluções tecnológicas do século XIX – o eclétismo –, condição que se tornaria fundamental para o desenvolvimento da



Juscelino Kubitschek, Aníbal Mattos, Pedro Paulo Penido e outros não identificados na Escola de Arquitetura, década de 1940. Arquivo Maria Esther Mattos de Carvalho. In: ANÍBAL MATTOS E SEU TEMPO. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte; Museu de Arte da Pampulha, 1991. Catálogo da exposição.



O engenheiro Pery Rocha França apresenta a maquete do Palácio das Artes ao governador Israel Pinheiro. Aparecem ainda, da esquerda para direita: José Mendes Júnior; o prefeito de Belo Horizonte, Luiz de Souza Lima; Manuel Costa e Álvaro Salles. In: VAZ, Alisson Mascarenhas. *Israel: uma vida para a história*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1996.

crítica e da pesquisa arquitetônica modernista do século XX. Para Patetta, “o eclétismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso [...] amava as novidades, mas rebaixava a produção artística ao nível da moda e do gosto”.<sup>7</sup> Assim, no limiar dos séculos XIX e XX, Belo Horizonte foi cenário vivo da construção de uma nova época, que trouxe para aquele momento significativa memória dos conflitos e contradições cotidianas entre ruptura e tradição, entre permanência e porvir.

### O modernismo segmentado

Na década de 1920, período pós Primeira Guerra Mundial, um segundo momento do modernismo foi assinalado em Belo Horizonte pelo movimento literário, tendo então se registrado a ocorrência de fatos de abrangência nacional. Uma caravana de jovens modernistas paulistas – Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e o poeta francês Blaise Cendrars – marcou definitivamente os novos rumos do

modernismo brasileiro, em 1924, quando, em viagem a Minas, percorreu as cidades históricas e desembarcou em Belo Horizonte, logo após a Semana Santa. A paisagem urbana colonial das cidades mineiras tornou-se fato essencial para a concretização do conceito de moderno e de nacional para a intelectualidade da época. O movimento modernista estava relacionado às vanguardas européias dos anos 1920, as quais, conforme analisa a professora Ivone Luzia Vieira, estavam baseadas da seguinte forma:

[...] nas ideias de Nietzsche e Freud, estabelecem uma cisão com as ideologias racionalistas do progresso e buscam nas culturas primitivas e/ou arcaicas a natureza profunda, reprimida ou pervertida pelo reforço do controle social. Em conjugação com os princípios vanguardistas dadaístas e surrealistas procuraram, na negatividade da estética da barbárie, o confronto dialético com a civilização moderna. Esse ideário revolucionário das vanguardas após a Primeira Guerra Mundial foi a ponta de lança que

abriu caminhos para a libertação das culturas oprimidas dos países colonizados e das culturas arcaicas das antigas civilizações [...].<sup>8</sup>

No caso brasileiro, a tradição do modernismo de uma dialética entre o antigo e o novo desdobrou-se na discussão da confluência da arte barroca com o expressionismo. Essa discussão constituiu um passo decisivo para a afirmação da cultura modernista brasileira no século XX, pois a descontinuidade, como pauta constante da modernidade, se deu pelo rompimento da ordem cronológica e da causalidade espacial.

Integrados ao pensamento revolucionário contemporâneo das vanguardas históricas, os protagonistas da Semana de Arte Moderna de 1922 – incluindo os intelectuais que visitaram as cidades históricas mineiras em 1924 – estabeleceram um projeto cultural coletivo de afirmação nacional, ao qual se pode imputar a manifestação de uma modernidade tardia no Brasil. Nesses termos, configuraram-se a literatura e as demais manifestações artísticas durante os anos 1920 e 1930. Belo Horizonte, em sua incipiente vida cultural, viu-se, a partir de 1924, relacionada com os principais intelectuais modernistas brasileiros, reafirmando sua origem e condição de cidade de proposição modernista.

A partir de meados dos anos 1920, observou-se que as idéias disseminadas pelos jovens modernistas em Belo Horizonte acabaram por remeter às últimas manifestações ecléticas da arquitetura, representada principalmente pela proposição estética neocolonial, que de certa maneira falseava estilisticamente a discussão modernista sobre o nacionalismo e o barroco mineiro. Essas manifestações ocorreram em plena República Velha, na qual as elites regionais dominavam e cada Estado mantinha seu próprio partido republicano. Configurava-se no ambiente nacional a política do café-com-leite: Minas, o poder político, uniu-se a São Paulo, o poder econômico, e os dois passaram a se revezar no governo da União.

Como marco da década de 1920, a arquitetura do viaduto de Santa Tereza (1929) chamou a atenção pelos belos arcos de 14 metros de altura e sua extensão de 400 metros, maior vão de concreto armado da América Latina. No urbanismo, foram decisivos para a retomada do crescimento da cidade os investimentos públicos que, inclusive, realizaram melhorias, recuperação e pavimentação de ruas e implantaram o sistema de numeração das edificações.

Percebeu-se que a situação cultural em Belo Horizonte nos anos 1920 enfrentou, de certo modo, um paradoxo: enquanto a literatura se renovava com o modernismo, as artes plásticas e a arquitetura viram-se ainda presas aos cânones acadêmicos, com temáticas conservadoras e esparsas experiências impressionistas, *art nouveau* ou *art déco*. Porém, alguns episódios isolados já revelavam um ambiente propício ao modernismo, como a exposição da pintora Zina Aita, em janeiro de 1922, recebida por alguns com desconfiança, por apresentar uma expressão plástica pós-impressionista.

### Industrialização, cultura e política

Nos anos 1930, verificou-se uma crise urbana resultante do acelerado e desordenado crescimento de Belo Horizonte, decorrência de um mercado imobiliário especulativo. De acordo com a análise de Castriota e Passos,<sup>9</sup> o processo de ocupação urbana caracterizou-se prioritariamente pelo espaço suburbano, já identificado desde os primórdios da Capital. O fenômeno foi, inclusive, estimulado pela própria administração pública, a qual impunha uma rígida legislação para a apropriação da área central, restrições não encontradas com tanto rigor na área suburbana. O Centro urbano viu-se circundado por uma ocupação descontrolada, caracterizada por um emaranhado de vilas, conformado por um tecido urbano extenso, pouco denso, cujos serviços de infra-estrutura não supriam as demandas da população.

Com o incremento do transporte coletivo, o bonde começou a ser substituído pelo ônibus, e a legislação – mais restritiva na área central – ocasionou uma grande dispersão de loteamentos, dos quais muitos eram clandestinos, ao longo das recém-inauguradas avenidas Amazonas e Antônio Carlos. Observou-se, nos anos 1930, que a ocupação da cidade deu-se pelos vetores norte e oeste, já anunciando a forma que resultaria desse aglomerado metropolitano, bem mais tarde. Com apenas 34 anos, Belo Horizonte ocupava mais de 30 milhões de metros quadrados além do previsto em seu plano original. Diante desse quadro, o poder público viu-se induzido a estabelecer as primeiras medidas de planejamento posteriores ao plano original. Foi criada a Comissão Técnica Consultiva da Cidade, em 1934, com a responsabilidade de estudar um plano regulador para a cidade. Essa Comissão foi composta por Luiz Signorelli, Ângelo Murgel, Fábio Vieira e Lincoln Continentino.

Com a verticalização do Centro, inicialmente ocupado para uso comercial e, posteriormente, para habitação coletiva vertical, as demolições foram necessárias. Embora jovem, a cidade renovava-se, tomando ares de metrópole. Em nome do progresso e da modernidade, a arquitetura modernista, de aparência cubista ou futurista, modificou a imagem construída da cidade, por meio de uma nova estética amparada no emprego de recente sistema construtivo – o concreto armado.

Foi em 1935 que se construiu o primeiro arranha-céu da cidade, o edifício Ibaté, situado na esquina da rua São Paulo com avenida Afonso Pena. O edifício foi projetado pelo arquiteto Ângelo Murgel e construído por Carneiro Rezende & Cia. Com seus dez pavimentos revelou uma arquitetura volumétrica marcada por um geometrismo de linhas retas bem definidas e anunciou a emergência do espírito modernista de busca da evolução e do novo.

### Arrancada para o progresso

A arrancada para o progresso se deu a partir dos anos 1930. A industrialização de Belo Horizonte estava relacionada diretamente com as diretrizes e expectativas econômicas de âmbito federal. As políticas implementadas tiveram, a partir de 1935, conotações modernizantes, como a destinação de área para a implantação da zona industrial, a urbanização das áreas lindeiras da represa da Pampulha e, até mesmo, no âmbito estadual, a criação da Cidade Industrial em 1941, nas proximidades da capital. Nesse período, mais notadamente em 1935, foi grande a movimentação social e política da classe trabalhadora.

Observou-se que, sobretudo no período entre 1930 e 1937, foi expressiva a participação da sociedade na vida política de Belo Horizonte. A vida cultural também se apresentou intensa, como convinha a uma cidade civilizada. Multiplicavam-se as notícias sobre concertos, óperas, peças teatrais, além da programação de outras casas de espetáculo. Porém, esses requintes culturais restringiam-se às camadas economicamente superiores, embora o nível de alfabetização da capital fosse alto.

Com a nascente cultura de massa no Brasil, em Belo Horizonte a década de 1930 foi, sem dúvida, a era do cinema e igualmente a era do rádio, mídias que influenciaram costumes e ditaram moda. Surgiram em 1931 a Rádio Mineira e em 1932 o Cine Teatro Brasil, famoso não só por sua linguagem arquitetônica incomum, mas também pelo seu arrojo técnico.

A cultura belo-horizontina distinguiu-se, dentre as de outros centros urbanos, por perceber as conquistas materiais verificadas em todo o mundo e ao mesmo tempo conviver com a ausência de arquitetos que as aperfeiçoassem na arte e na técnica de conceber, projetar e erigir edifícios e cidades com utilidade e beleza. Belo Horizonte viu-se



Obras de instalação da linha de bondes da Pampulha na avenida Antônio Carlos, vendo-se automóveis movidos a gás e a terraplanagem do futuro conjunto residencial IAPI, 1945. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – BH.URB.1945-018.

diante da necessidade de formá-los, uma vez que o número de profissionais arquitetos no Brasil, nos anos 1930, era muito pequeno. Foi dessa necessidade que nasceu a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, a primeira no Brasil.

Nesse ambiente sociopolítico, muito bem definido até 1936 e rigorosamente redefinido pelo Estado Novo pós-1937, a arte moderna de Belo Horizonte destacou-se como expressão genuína de uma cultura de época. O Salão do Bar Brasil, primeira coletiva de arte moderna belo-horizontina, realizada em

1936, primou por revelar uma deliberada subversão dos cânones acadêmicos, até mesmo por ter sido organizada em um bar, ambiente estranho até então a essas manifestações culturais.

Na década de 1930, os emergentes modernistas de Belo Horizonte determinaram os parâmetros que anunciavam a modernidade dos anos 1940, por meio da superação do academicismo alienado da vida cotidiana da cidade, integrando-se ao processo consciente da dimensão histórica, como concluiu Vieira.<sup>10</sup>



Aspectos da abertura da avenida Antônio Carlos, 1942. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – BH.ALB.02-044.

### Uma sociedade urbano-industrial

As tensões políticas que caracterizaram a Europa na década de 1930, entre elas a crise mundial originada pelo abalo econômico de 1929 e o nacionalismo de Hitler, culminaram, nos anos 1940, em uma guerra mundial sem precedentes. Essa situação mundial acabou por dividir a década em tempos distintos: uma primeira fase – a destruição e o horror provocados pelo conflito; e um segundo momento pós-1945 – a reconstrução das democracias nacionais.

Em Belo Horizonte, a nomeação de Juscelino Kubitschek para prefeito, em 16 de abril de 1940, foi decisiva para a definitiva instalação do modernismo na capital mineira. JK, como era chamado, médico de 38 anos, mesmo tendo seus ideais democráticos postos à prova frente à questionável legitimidade do Estado Novo, aceitou a nomeação para o cargo, situação que seria assim exposta por ele:

[...] Se o Brasil estava sob regime de exceção, que repugnava a minha formação democrática, eu me consolava, contudo com a natureza do cargo

que iria ocupar. [...] Até então trabalhara sobre o organismo humano. Dali em diante, o material com que iria lidar, seria uma cidade [...].<sup>11</sup>

Embora com os cofres públicos vazios, a administração de Kubitschek, com financiamentos bancários, mostrou-se profícua e capaz da execução de obras em quantidade e com rapidez. A área central foi dotada de novas redes de água, luz e telefone; foi feita a reforma do Parque Municipal; prolongada a avenida Amazonas até a Gameleira, promovendo ainda a urbanização da favela Prado Lopes; além de várias outras ações. As obras desse período materializaram a modernização veloz da cidade. Dentre todas, a que mais se destacou, adquirindo relevância nacional e internacional, foi a construção da Pampulha, inaugurada em 17 de maio de 1943.

Por influência de Rodrigo Melo Franco de Andrade, JK uniu-se a Oscar Niemeyer para idealizar e edificar um ícone da modernidade brasileira, um espaço urbano ao redor de um lago artificial, composto de um loteamento para residências de luxo e dotado de edificações de uso coletivo, desenhadas com grande expressão e inventividade modernista pelo arquiteto, como definiu o engenheiro Joaquim Cardozo, a quem Oscar confiou as soluções estruturais de suas obras:

[...] Apesar de não obedecer a um plano estabelecido a priori, o conjunto da Pampulha é no Brasil o primeiro e, em certo sentido, talvez o único de um grupo de edifícios visando a uma finalidade coletiva e social: o cassino, a casa do baile, o late Clube, a Igreja de São Francisco de Assis, e até mesmo a residência do Sr. Juscelino Kubitschek [...].

No conjunto da Pampulha manifestação de ilimitada força de expressão, dirigida

para o problema da estrutura, no seu aspecto formal e princípios de equilíbrio. Purificação da forma a partir das estranhas posições de equilíbrio um conteúdo emocional: principal atributo da “beleza nova” [...].<sup>12</sup>

### Arte, cultura e lazer

Nos anos 1950, a maior realização para o desenvolvimento artístico e cultural de Belo Horizonte foi a criação do Museu de Arte Moderna, que se instalou no edifício do Cassino da Pampulha, após a proibição do jogo no Brasil. A inauguração do Museu, no dia 20 de novembro de 1954, abrigou a realização conjunta do XII Salão de Belas Artes e da Exposição Retrospectiva de Pintura. Ainda na década de 1950, o ambiente cultural de Belo Horizonte foi agitado por dois meios poderosos de comunicação de massa. Um deles relacionado às artes do cinema, Cine Grátis, com as apresentações de filmes ao ar livre. O outro foi o anúncio da instalação da TV Itacolomi, dotada de tecnologia arrojada e moderna, em 9 de novembro de 1955.

No final dos anos 1950 e início de 1960, a dança em Belo Horizonte alterou, de maneira definitiva, a sua trajetória, a partir do trabalho do bailarino Klauss Viana, que, com seu espírito moderno e inovador, aliou-se aos profissionais de teatro, música, artes e literatura, rompendo com os limites da expressão clássica para colocar a cidade no caminho da contemporaneidade. Ainda nessa época, consagrado como o esporte do belo-horizontino, o futebol recebeu significativa contribuição com a construção do Estádio do Independência, dotado de instalações apropriadas para receber jogos da Copa do Mundo de 1950.



Cartão-postal do Viaduto Santa Tereza. Studio Albuquerque, fotografia de Paulo Albuquerque.  
Cartão-postal com vista parcial da cidade a partir da mureta da rua Sapucaí.  
Studio Albuquerque, fotografia de Paulo Albuquerque. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

A consagração do futebol em Belo Horizonte deu-se de forma definitiva com a inauguração do Estádio Magalhães Pinto, o Mineirão, em 5 de setembro de 1965. Considerado na época o segundo maior estádio coberto do mundo, teve sua capacidade estimada para 130 mil espectadores.

### A vez da indústria

A partir dos anos 1940, e enfaticamente nos anos 1950, Belo Horizonte firmou-se como um centro urbano-industrial, como convinha a uma cidade de vocação modernista. O programa do governo estadual, JK à frente, apoiado no binômio energia e transporte, foi o suporte imprescindível à continuidade do desenvolvimento da indústria. O crescimento do parque industrial e o conseqüente processo de metropolização da cidade ocorreram fundamentalmente pela ação deliberada do Estado, e não pelas forças livres do mercado.

Consolidou-se, principalmente no período de 1947-1955, uma política econômica na qual o agente público aliou-se à iniciativa privada, objetivando o desenvolvimento e promovendo os seguintes empreendimentos:

- Aceleração da ocupação da área industrial;
- Implantação de estrutura adequada ao crescimento industrial com a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig);
- Pavimentação de rodovias ligando Belo Horizonte a Rio de Janeiro e São Paulo;
- Ampliação do serviço de abastecimento de água;
- Criação, além da Cemig, de empresas de capital misto, entre elas Frimisa, Casemg e Usiminas.

### Vícios da metrópole

A metropolização de Belo Horizonte concretizou-se por uma política econômica de caráter desenvolvimentista e inflacionária, com o incremento à industrialização. Porém, a ausência de uma política social coerente teve como conseqüência um processo veloz de crescimento demográfico desordenado, estabelecendo uma perversa e acelerada situação de favelização.

No período de 1947-1964, a especulação imobiliária alcançou proporções significativas, os serviços básicos eram ineficientes, o abastecimento de água insuficiente e o trânsito inoperante. Assim, configurou-se o quadro de desordem urbana em Belo Horizonte – cidade modernista de destaque nacional, mas paradoxalmente palco de uma feroz inapropriação social, principalmente advinda de um desordenado êxodo rural.

A modernização de Belo Horizonte mostrava, no fim da década de 1950, um processo de desenvolvimento econômico ainda baseado na industrialização, porém, com um nível de urbanização cada vez mais baixo, decorrente da incapacidade financeira do governo municipal em responder à emergente e acelerada metropolização da cidade. A desordem e a ingerência urbana já eram perceptíveis.

Após 1964, o processo político em âmbito nacional não só manteve alijadas as classes mais baixas, como também, paulatinamente, afastou a burguesia da participação nas decisões sobre a economia e a política, pondo termo ao projeto modernista, autônomo, nacionalista e desenvolvimentista.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, foi implementada em Belo Horizonte uma política de industrialização como instrumento de progresso e modernização. Em seus primórdios a cidade teve nas artes, em particular na arquitetura, seu mais importante veículo

de divulgação de uma nova era. Porém, ao passar do tempo, a cultura e a própria indústria cultural foram se desconectando paulatinamente de uma prática eficaz para desenvolvimento da cidade. Apesar da confiança da sociedade nos novos rumos políticos do país, nos anos 1960 a cultura viu-se desassistida pelo descaso governamental, fato originado da sincronia entre modernização política e modernização econômica, sem um plano de modernização social voltado para os municípios, subjugados ao poder centralizador do governo federal. Essa condição, apoiada em bases socialmente fragilizadas, restringiu o papel da arquitetura, colocada quase que exclusivamente a serviço do Estado e das classes economicamente superiores.

A partir da década de 1970, a estagnação do desenvolvimento caracterizou o modelo socioeconômico-cultural implantado no país. O projeto modernista iniciado nos anos 1940, que almejava o progresso, naufragou. O fenômeno teve como principais causas o abandono da infra-estrutura social e o desmesurado endividamento público, julgado necessário para manter o ritmo desenvolvimentista pretendido.

A sociedade belo-horizontina, como toda a nação brasileira, chegou aos anos 1970 com outra conformação, outros anseios e outras necessidades, esperando um outro “milagre brasileiro”. A arquitetura passou a expressar-se por um contingenciamento formal resultante não mais da totalidade de sua natureza sociocultural, mas condicionado pelo viés financeiro. Iniciou-se um outro momento arquitetônico na cidade de Belo Horizonte, diferente daquele observado nos anos 1940, 1950 e 1960. Pode-se dizer que ocorreu, então, uma mudança paradigmática no plano ideológico, marcado pela conformação do ideário modernista a um projeto político de pressupostos estritamente econômicos. Esse projeto foi levado a efeito na expectativa de conduzir o país a um modelo de progresso do qual estavam ausentes os pressupostos de uma ação sociocultural delineada.

### Notas |

1. MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
2. ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Belo Horizonte: o nascimento de uma capital. In: FABRIS, Annaterra. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1987. p. 106.
3. MINAS GERAIS. *Decreto n. 803*. Ouro Preto, 11 de janeiro de 1895.
4. Termos apresentados por PENNA, Alicia Duarte. *O espaço infiel: quando o giro capitalista impõe-se à cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
5. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Parque Municipal: crônica de um século*. Belo Horizonte: CVRD, 1992. p. 32.
6. LEMOS, Celina Borges. A cidade republicana: Belo Horizonte, 1897-1930. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 90.
7. PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annaterra. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1987. p. 15. *Apud* LEMOS. A cidade republicana...
8. VIEIRA, Ivone Luzia. Emergência do modernismo. In: RIBEIRO, Marília Andrés; SILVA, Fernando Pedro. *Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte; Fundação João Pinheiro, 1997. p. 121.
9. CASTRIOTA. *Arquitetura da modernidade*, p. 134.
10. VIEIRA, Ivone Luzia. Emergência do modernismo...
11. KUBISTCHEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974. p. 355.
12. CARDOZO, Joaquim. O episódio da Pampulha. In: XAVIER Alberto. *Arquitetura moderna brasileira: depoimentos de uma geração*. São Paulo: Pini, 1987. p. 134.

**Cláudio Lister Marques Bahia**, arquiteto-urbanista, professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo e diretor de Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), é mestre em arquitetura pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorando no Programa Tratamento Espacial da Informação pela Geografia da PUC Minas. É também membro do Conselho Deliberativo de Cultura e Patrimônio do Município de Belo Horizonte.